



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Violência Urbana e Racismo Estrutural: a Realidade Excludente do Recife.

Urban Violence and Structural Racism: the Exclusionary Reality of Recife.

Karoline Ramos do Monte de Lima¹

Eixo Temático: 2 - Capitalismo, justiça ambiental e relações étnico-raciais

Introdução

A capital pernambucana é marcada por contrastes territoriais que evidenciam uma segregação urbana baseada em desigualdades históricas. A proximidade entre as áreas ditas nobres e territórios empobrecidos revela a complexa exclusão estrutural que atinge principalmente as áreas vulnerabilizadas — áreas de morro, várzeas, baixadas e ocupações irregulares em zonas periurbanas — onde o Estado é ausente em infraestrutura e políticas públicas. Este trabalho propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento urbano da cidade do Recife, historicamente marcado por processos excludentes e racializados, e sua relação com as atuais dinâmicas de violência e (in)segurança pública. A partir de dados sobre violência urbana e do referencial crítico de Sérgio Adorno — para quem contextos de profunda injustiça social favorecem o crescimento da criminalidade —, busca-se compreender como as falhas históricas do Estado na promoção da equidade contribuem para a produção e perpetuação da violência.

Desenvolvimento

O Recife é uma cidade marcada por um processo histórico de urbanização que consolidou desigualdades raciais e sociais profundas. Desde o período colonial até os dias atuais, a lógica de exclusão territorial empurrou populações negras para as margens, negando-lhes acesso a moradia digna, infraestrutura e direitos básicos. Logo, reconhece-se que se trata de um contexto de racismo estrutural, uma vez que a ausência de políticas de reparação e de promoção da equidade racial revela que a abolição da escravidão não significou inclusão social, mas sim o aprofundamento de um modelo

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

de cidade segregada. Desde então, os interesses das elites moldaram o espaço urbano com base na exclusão e no descarte das maiorias empobrecidas — em sua maioria negras. Nesse cenário, o “estado normal das coisas” no Brasil é atravessado pelo racismo: ele estrutura o funcionamento das instituições, orienta as políticas públicas e define quem deve viver e quem pode morrer. Trata-se de um racismo institucionalizado, que opera não como exceção, mas como regra dentro do próprio projeto de Estado.

Ocorre que esse modelo urbano excludente permanece vivo nas periferias do Recife, onde a ausência do Estado se manifesta na precariedade cotidiana e na violência sistemática. A juventude negra que habita esses territórios são as mais impactadas por essa dinâmica, especialmente porque, entre os serviços públicos que não chegam de forma eficaz, destaca-se a segurança pública — incapaz de garantir a proteção e a vida desses cidadãos. Dados do Instituto Fogo Cruzado (2025) revelam que, entre 2018 e 2025, cerca de 800 adolescentes entre 12 e 17 anos foram baleados na Região Metropolitana do Recife. A maioria das vítimas são meninos negros, o que evidencia a seletividade racial da violência armada. Nesse contexto, a juventude periférica torna-se alvo preferencial de uma política de segurança que, em vez de proteger, contribui para o seu extermínio.

O sistema prisional reflete e aprofunda essa realidade. Jovens negros entre 18 e 29 anos representam quase metade das pessoas presas em Pernambuco, onde as denúncias de tortura, superlotação e condições desumanas são recorrentes. O Complexo do Curado é símbolo dessa falência estrutural, sendo objeto de medidas cautelares da Corte Interamericana. Dessa forma, a segurança pública não atua sob esses corpos vulnerabilizados na perspectiva de garantir a proteção da vida, da integridade física e dos direitos fundamentais, mas por meio de uma política de punição degradante e não ressocializadora.

Para compreender esse cenário, é preciso reconhecer a necropolítica, como formulada por Mbembe (2018), ajuda a entender como o Estado define quem pode viver e quem pode morrer. No caso brasileiro, a juventude negra e periférica tem sua existência constantemente ameaçada por uma lógica que normaliza a morte como solução para o conflito social. O discurso meritocrático ignora a herança colonial e racista que estrutura a pirâmide social, culpabilizando os jovens por uma exclusão que é historicamente construída.



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Considerações Finais

A realidade de Recife confirma, de maneira contundente, que contextos marcados por profundas desigualdades sociais tendem a gerar níveis mais elevados de violência. A persistência de um modelo urbano excludente, o abandono das periferias e a seletividade racial das políticas de segurança evidenciam como a violência não é um fenômeno aleatório, mas sim um produto direto das injustiças estruturais que atravessam o território. Assim, refletir sobre a segurança pública em Recife exige, necessariamente, enfrentar o racismo estrutural e a desigualdade social como fundamentos da violência urbana. Enquanto o Estado seguir ausente na promoção de equidade, continuará presente de forma letal nas áreas periféricas — reforçando, e não solucionando, o problema que deveria combater. Enfrentar esse cenário exige rejeitar soluções repressivas e apostar em políticas públicas integradas de saúde, educação, cultura e trabalho, com foco nas juventudes vulnerabilizadas. Estratégias locais baseadas em inclusão social, participação popular e justiça racial são urgentes para reverter esse quadro.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 103-111, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. *Relatório de Informações Penais – RELIPEN: 2º Semestre de 2024*. Brasília: SENAPPEN, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

INSTITUTO FOGO CRUZADO; MARCO ZERO CONTEÚDO; FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. *Na Mira – 800 adolescentes baleados no Grande Recife*. Recife: 800namira.com.br, 2025. Disponível em: <https://www.800namira.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.